


<div><p>PREFEITURA DE <b>Paraíba do Sul</b></p></div> <div>Secretaria Municipal de Administração, Compras e Licitações</div>	CNPJ: 29.138.385/0001-30		PREFEITURA DE PARAIBA DO SUL - PROCESSO		
	Rua Visconde da Paraíba, nº 11, centro, Paraíba do Sul/RJ		2024/09/15042		
			Número	Folha	Rubrica
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024					

## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024

Inexigibilidade nº 030/2024

### CONTRATANTE (UASG)

985873 – Prefeitura Municipal de Paraíba do Sul/RJ

### OBJETO

Chamamento Público para contratação de serviços de assessoria e apoio técnico.

### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 12.675,00

### DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/12/2024 às 10h00min (horário de Brasília)

### CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Não se aplica

### MODO DE DISPUTA:


Não se aplica

### PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:

Não se aplica

### LOCAL:

Site do Município de Paraíba do Sul na aba “Licitações” -  
<https://paraibadosul.rj.gov.br/licitacaopmps2@gmail.com> OU, endereço eletrônico:

<div><p>PREFEITURA DE <b>Paraíba do Sul</b></p></div> <div>Secretaria Municipal de Administração, Compras e Licitações</div>	<div>CNPJ: 29.138.385/0001-30</div> <div>Rua Visconde da Paraíba, nº 11, centro, Paraíba do Sul/RJ</div>		PREFEITURA DE PARAIBA DO SUL - PROCESSO		
			2024/09/15042		
			Número	Folha	Rubrica
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024					

**UASG: 985873 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍBA DO SUL/RJ**

## **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024**

**(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024/09/15042)**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Paraíba do Sul, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Compras e Licitações, sediada na Rua Visconde da Paraíba, nº 106, 1º andar, Centro, Paraíba do Sul/RJ, realizará o CHAMAMENTO PÚBLICO para o credenciamento de empresas para a contratação de serviços de assessoria e apoio técnico, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 13 de dezembro de 2024 às 10:00.

Link: <https://paraibadosul.rj.gov.br/>

Critério de Julgamento: Não se aplica

### **1. DO OBJETO**

- 1.1. O chamamento público para a contratação de serviços de assessoria e apoio técnico será dividido em itens, conforme constante no Termo de Referência, facultando-se ao credenciado a participação em quantos itens forem de seu interesse.

### **2. DA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO**

2.1. Poderão participar deste edital os interessados que estiverem previamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).


2.2. O credenciado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelos atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do edital por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Com base no art. 10 do Decreto nº 11.878, de 09 de janeiro de 2024, não poderão participar deste edital de chamamento público:

- 2.5.1. Credenciante que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal;

<div><p>PREFEITURA DE <b>Paraíba do Sul</b></p></div> <div>Secretaria Municipal de Administração, Compras e Licitações</div>	<div>CNPJ: 29.138.385/0001-30</div> <div>Rua Visconde da Paraíba, nº 11, centro, Paraíba do Sul/RJ</div>		PREFEITURA DE PARAIBA DO SUL - PROCESSO		
			2024/09/15042		
			Número	Folha	Rubrica
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024					

2.5.2. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.3. Mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.5.4. O interessado declarará, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas na legislação, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de seu requerimento de participação com as exigências do edital.

2.5.5. A falsidade da declaração de que trata o a Cláusula 2.5.4 sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo da responsabilidade penal.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA CARTA DE CREDENCIAMENTO

#### Da carta de credenciamento

3.1. No presente edital, os documentos de habilitação deverão ser encaminhados no endereço eletrônico: [licitacaopmps2@gmail.com](mailto:licitacaopmps2@gmail.com), no período de **28 de novembro de 2024 a 13 de dezembro de 2024** até às 09h59min.

3.2. No envio da carta de credenciamento, o credenciante declarará, por meio de declaração unificada contida no Anexo III, que:

3.2.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que dispõe de atendimento de todos os direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;


3.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.2.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3. O credenciante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei](#)

<div><p>PREFEITURA DE <b>Paraíba do Sul</b></p></div> <div>Secretaria Municipal de Administração, Compras e Licitações</div>	<div>CNPJ: 29.138.385/0001-30</div> <div>Rua Visconde da Paraíba, nº 11, centro, Paraíba do Sul/RJ</div>		PREFEITURA DE PARAIBA DO SUL - PROCESSO		
			2024/09/15042		
		Número	Folha	Rubrica	
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024					

[Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 ou 3.4 sujeitará o credenciado às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.6. O resultado da habilitação e do credenciamento será divulgado em até 30 (trinta) dias após o credenciamento do interessado e será publicado no site do Município: <https://paraibadosul.rj.gov.br/>, no Diário Oficial do Município de Paraíba do Sul e no PNCP.

#### 4. DO PREENCHIMENTO DA CARTA DE CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciante deverá apresentar documento de requerimento de participação denominado Carta de Credenciamento constante no Anexo IV, assinada pelo responsável legal que firmará o contrato, com as respectivas cópias de RG e CPF, solicitando o cadastramento e mencionando o Edital de Chamamento Público ao qual deseja se credenciar, contendo os seguintes campos:

- 4.1.1. Razão Social;
- 4.1.2. Nome fantasia;
- 4.1.3. CNPJ n.º;
- 4.1.4. Endereço Comercial;
- 4.1.5. CEP;
- 4.1.6. Cidade;
- 4.1.7. Estado;
- 4.1.8. Telefone;
- 4.1.9. E-mail;
- 4.1.10. Dados bancários.


4.2. A carta de credenciamento constante no Anexo IV deste edital, deverá ser preenchida e poderá o credenciante encaminhar assinado:

- 4.2.1. Através do endereço eletrônico: [licitacaopmps2@gmail.com](mailto:licitacaopmps2@gmail.com), por meio de arquivo PDF, assinado eletronicamente nos termos de certificados ICP-Brasil, conforme MP 2.200-2 de 2001;
- 4.2.2. No formato físico e endereçado à Secretaria Municipal de Administração, Compras e Licitações, para a Subsecretaria Municipal de Compras e Licitações, com sede na Rua Visconde da Paraíba, nº 106, 1º andar, Centro, Paraíba do Sul/RJ.

#### 5. DA ABERTURA DO CHAMAMENTO PÚBLICO

5.1. A abertura do presente chamamento público dar-se-á automaticamente, por meio de sistema eletrônico e sítio oficial, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os credenciantes poderão retirar ou substituir a carta de credenciamento ou os documentos de habilitação, quando for o caso, por ventura enviados por e-mail, até a abertura da chamada pública.

<div><p>PREFEITURA DE <b>Paraíba do Sul</b></p></div> <div>Secretaria Municipal de Administração, Compras e Licitações</div>	<div>CNPJ: 29.138.385/0001-30</div> <div>Rua Visconde da Paraíba, nº 11, centro, Paraíba do Sul/RJ</div>		PREFEITURA DE PARAIBA DO SUL - PROCESSO		
			2024/09/15042		
			Número	Folha	Rubrica
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024					

## 6. DOS CRITÉRIOS E ANÁLISE

### Quantidade de Profissionais a Serem Convocados

- 6.1. Para cada um dos três editais previstos, serão convocados até dois (02) pareceristas, que serão selecionados a partir da lista de profissionais credenciados e habilitados. A convocação será feita conforme a necessidade de análise técnica de cada edital, podendo haver rotatividade entre os profissionais credenciados em chamadas subsequentes, de forma a garantir pluralidade de opiniões e transparência no processo de avaliação.

### Formação das Duplas

- 6.2. As duplas serão compostas conforme a seguinte ordem de classificação:
1. A primeira dupla será formada pelo 1º e o 6º colocados na classificação.
  2. A segunda dupla será formada pelo 2º e o 5º colocados na classificação.
  3. A terceira dupla será formada pelo 3º e o 4º colocados na classificação.
- 6.3. Essa formação busca garantir uma distribuição equitativa de experiências e qualificações entre os pareceristas, proporcionando uma análise diversificada e equilibrada dos projetos apresentados.

### Distribuição dos Editais entre as Duplas


- 6.4. Para assegurar a imparcialidade na designação dos editais a serem avaliados, será realizado um sorteio, no qual cada dupla será atribuída a um dos três editais disponíveis. Dessa forma, cada dupla assumirá a responsabilidade de avaliar os projetos de um único edital, garantindo a transparência e a rotatividade na atribuição de tarefas.

### Critérios de desempate para a colocação dos credenciados

- 6.5. Maior Experiência Profissional: Será dada preferência ao credenciado com mais anos de experiência comprovada na área de análise e avaliação de projetos culturais.
- 6.6. Qualificação Técnica e Curricular: Em caso de empate na experiência profissional, será considerado o grau de qualificação técnica e a relevância do currículo, incluindo formação acadêmica e especializações na área cultural.
- 6.7. Diversidade de Atuação: Visando assegurar uma perspectiva plural na avaliação dos projetos, será dada preferência ao credenciado cuja experiência abarque diferentes segmentos ou linguagens culturais, conforme as necessidades específicas de cada edital.
- 6.8. Ter dependente (s) na primeira infância
- 6.9. Sorteio: Persistindo o empate após a aplicação dos critérios anteriores, a escolha será feita por sorteio, de modo a garantir a imparcialidade no processo de convocação

### Da colocação dos pareceristas

- 6.10. O ranking dos credenciados e habilitados ficará a cargo da equipe da Fundação Cultural, que atribuirá notas conforme descrito no Termo de Referência.
- 6.10.1. Só será atribuída nota aos pareceristas culturais que estiverem credenciados e habilitados

<div><p>PREFEITURA DE <b>Paraíba do Sul</b></p></div> <div>Secretaria Municipal de Administração, Compras e Licitações</div>	<div>CNPJ: 29.138.385/0001-30</div> <div>Rua Visconde da Paraíba, nº 11, centro, Paraíba do Sul/RJ</div>		PREFEITURA DE PARAIBA DO SUL - PROCESSO		
			2024/09/15042		
			Número	Folha	Rubrica
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024					

## Análise

6.11. Após a identificação expressa por meio de equipe designada pela Fundação Cultural para determinar a ordem de contratação dos candidatos habilitados, o Agente de Contratações designado, avaliará sobre a possível existência de sanção que impeça a credenciante de participar do chamamento público, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.11.1. SICAF;

6.11.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.11.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.12. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa credenciante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.13. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação designado verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.13.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.13.2. O credenciante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.13.3. Constatada a existência de sanção, o credenciante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.14. Caso o credenciante provisoriamente beneficiado pelo critério de ordem de contratação tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o agente de contratação verificará se faz jus ao benefício.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO


7.1. Os documentos previstos no Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do credenciante de realizar o objeto do chamamento público, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos gerais da Lei nº 14.133, de 2021 e do art. 7º do Decreto nº 11.878, de 09 de janeiro de 2024.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de um dos credenciantes habilitados ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



<div><p>PREFEITURA DE <b>Paraíba do Sul</b></p></div> <div>Secretaria Municipal de Administração, Compras e Licitações</div>	<div>CNPJ: 29.138.385/0001-30</div> <div>Rua Visconde da Paraíba, nº 11, centro, Paraíba do Sul/RJ</div>		PREFEITURA DE PARAIBA DO SUL - PROCESSO		
			2024/09/15042		
		Número	Folha	Rubrica	
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024					

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o credenciante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o credenciante apresentou sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas e disposta no Anexo III.

7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.9. É de responsabilidade do credenciante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.10. A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados através do e-mail: [licitacaopmps2@gmail.com](mailto:licitacaopmps2@gmail.com), em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação.


7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([art. 15 do Decreto nº 11.878, de 09 de janeiro de 2024](#)):

7.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da documentação;

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos credenciados que atenda este edital e após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

<div><p>PREFEITURA DE <b>Paraíba do Sul</b></p></div> <div>Secretaria Municipal de Administração, Compras e Licitações</div>	<p><b>CNPJ: 29.138.385/0001-30</b></p> <p><b>Rua Visconde da Paraíba, nº 11, centro, Paraíba do Sul/RJ</b></p>		<b>PREFEITURA DE PARAIBA DO SUL - PROCESSO</b>		
			<b>2024/09/15042</b>		
			<b>Número</b>	<b>Folha</b>	<b>Rubrica</b>
<b>EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024</b>					

## 8. DA CONVOCAÇÃO

8.1. Após a identificação expressa por meio de equipe designada pela Fundação Cultural para determinar a ordem de contratação dos candidatos habilitados e análise do Agente de Contratação quanto à inexistência de irregularidades, bem como a sua habilitação, o Município de Paraíba do Sul encaminhará para o e-mail do credenciado o contrato para assinatura no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do envio do e-mail.

8.2. O contrato poderá ser assinado e devolvido das seguintes formas:

8.2.1. Por e-mail, através de arquivo PDF, assinado eletronicamente nos termos de certificados ICP-Brasil, conforme MP 2.200-2 de 2001; ou

8.2.2. Assinado no formato físico, para a Secretaria Municipal de Administração, Compras e Licitações, para a unidade de Compras e Licitações, com sede na Rua Visconde da Paraíba, nº 106, 1º andar, Centro, Paraíba do Sul/RJ.

8.3. O não atendimento a convocação para assinatura do contrato, no prazo previsto no subitem representará a desistência da empresa com relação ao procedimento previsto neste Edital.

## 9. DA IMPUGNAÇÃO, ESCLARECIMENTO E RECURSO

### Impugnação e Esclarecimento

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de credenciamento por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

9.2. A interposição de pedidos de impugnação referentes ao critério de divisão de demanda, o critério de ordem de contratação, à habilitação ou inabilitação de credenciantes, à anulação ou revogação da chamamento público, observará o disposto no art. 16 do Decreto nº 11.878, de 2024.

9.3. A comissão de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou à impugnação no prazo de três dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

9.4. O pedido deverá ser formulado e fundamentado pelo representante legal da credenciante através do e-mail eletrônico: [licitacaopmps2@gmail.com](mailto:licitacaopmps2@gmail.com).

9.5. Em caso de acolhimento da impugnação, o edital retificado será publicado no PNCP.

9.6. A impugnação não terá efeito suspensivo e a decisão da comissão de contratação será motivada nos autos.


9.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no Compras.gov.br no de três dias úteis.

### Recurso

9.8. Após a decisão da administração sobre a ordem de contratação, à habilitação ou inabilitação, o interessado poderá manifestar através do e-mail: [licitacaopmps2@gmail.com](mailto:licitacaopmps2@gmail.com) a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão;

9.9. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer no prazo de três dias úteis, contado da data de publicação da decisão;



<div><p>PREFEITURA DE <b>Paraíba do Sul</b></p></div> <div>Secretaria Municipal de Administração, Compras e Licitações</div>	<p><b>CNPJ: 29.138.385/0001-30</b></p> <p><b>Rua Visconde da Paraíba, nº 11, centro, Paraíba do Sul/RJ</b></p>		<b>PREFEITURA DE PARAIBA DO SUL - PROCESSO</b>		
			<b>2024/09/15042</b>		
			<b>Número</b>	<b>Folha</b>	<b>Rubrica</b>
<b>EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024</b>					

9.10. O recurso será dirigido à comissão de contratação, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de três dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior;

9.11. A autoridade superior deverá proferir a sua decisão no prazo máximo de dez dias úteis, contado da data de recebimento dos autos.

## 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o credenciante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o Edital ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o chamamento público;

10.1.2. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade deste edital;

10.1.2.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.3. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida no Edital ou prestar declaração falsa;

10.1.4. Fraudar o chamamento público;

10.1.5. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.5.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.5.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.5.3. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do chamamento público;

10.1.5.4. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Pela inexecução total ou parcial na prestação dos serviços, ou qualquer outra infração descrita no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o município de Paraíba do Sul poderá, desde que garantida a prévia defesa, determinar o descredenciamento da pessoa jurídica, bem como aplicar aos credenciados as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais legalmente estabelecidas, observadas as disposições deste Instrumento:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar e


10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

<div><p>PREFEITURA DE <b>Paraíba do Sul</b></p></div> <div>Secretaria Municipal de Administração, Compras e Licitações</div>	<div>CNPJ: 29.138.385/0001-30</div> <div>Rua Visconde da Paraíba, nº 11, centro, Paraíba do Sul/RJ</div>		PREFEITURA DE PARAIBA DO SUL - PROCESSO		
			2024/09/15042		
		Número	Folha	Rubrica	
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024					

10.3.4. Os danos que dela provierem para a administração pública

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 20% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de **30 (dias) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1. e 10.1.2., a multa será de 0,5% a 10% do valor do contrato.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.3, 10.1.4. e 10.1.5., a multa será de 10% a 20% do valor do contrato.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1. e 10.1.2., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.3., 10.1.4. e 10.1.5., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1. e 10.1.2., que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no *art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021*.


10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.2., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

<div><p>PREFEITURA DE <b>Paraíba do Sul</b></p></div> <div>Secretaria Municipal de Administração, Compras e Licitações</div>	<div>CNPJ: 29.138.385/0001-30</div> <div>Rua Visconde da Paraíba, nº 11, centro, Paraíba do Sul/RJ</div>		PREFEITURA DE PARAIBA DO SUL - PROCESSO		
			2024/09/15042		
		Número	Folha	Rubrica	
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024					

10.14.A aplicação das sanções previstas neste chamamento público não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15.Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este chamamento público por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do credenciamento.

10.16.A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.17.A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: [licitacaopmps2@gmail.com](mailto:licitacaopmps2@gmail.com).

10.18.As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital.

10.18.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de inexigibilidade.

10.19.Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do chamamento público.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O resultado da habilitação e do credenciamento serão divulgados em até 30 (trinta) dias após a abertura do chamamento público e será publicado no site do Município de Paraíba do Sul: <https://paraibadosul.rj.gov.br/>, no Diário Oficial do Município e no PNCP.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do chamamento público na data marcada, a data de realização será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo agente de contratação.

11.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.5. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.6. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://paraibadosul.rj.gov.br/>.


11.7. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.7.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.7.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

11.7.3. ANEXO III – Declaração Unificada;

11.7.4. ANEXO IV – Carta de Credenciamento

<div><p>PREFEITURA DE <b>Paraíba do Sul</b></p></div> <div>Secretaria Municipal de Administração, Compras e Licitações</div>	<div>CNPJ: 29.138.385/0001-30</div> <div>Rua Visconde da Paraíba, nº 11, centro, Paraíba do Sul/RJ</div>		PREFEITURA DE PARAIBA DO SUL - PROCESSO		
			2024/09/15042		
			Número	Folha	Rubrica
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024					

Paraíba do Sul, 26 de novembro de 2024.

**RENATA MARTINS E SILVA LETRA REZENDE**  
Presidente da Fundação Cultural